



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. **2.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013**
2. **REQ. N.º 206/13 – PC N.º – 14/13 – PILAR FRANCISCO VARELA CRUZ – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA**
3. **REQ. N.º 207/13 – PC N.º – 15/13 – PILAR FRANCISCO VARELA CRUZ – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA**
4. **REQ. N.º 1855/12 – PC N.º – 334/12 – OPTIMUS - COMUNICAÇÕES, S.A.**
5. **REQ. N.º 2023/12 – PC N.º 364/12 – ONITELECOM - INFOCOMUNICAÇÕES SA**
6. **REQ. N.º 2005/12 – PC N.º – 489/01 – MARIA REGINA JESUS ROSA**

7. REQ. N.º 2089/12 – PC N.º – 33/10 – ANTÓNIO PEREIRA SILVA
8. REQ. N.º 1064/11– PC N.º 90/11 – SIMÕES SILVA & FILHOS, LDA.
9. REQ. N.º 1135/11 – PC N.º 209/06 – ARMANDO PEDROSA DE SOUSA BRAZ E OUTROS
10. REQ. N.º 1097/09 – PC N.º – 649/06 – EMA MARIA PAIVA SANTOS NUNES
11. REQ. N.º 3106/09 – PC N.º – 01/08 – SANDRA CRISTINA FRAGOSO PEREIRA BOM
12. REQ. N.º 2359/10 – PC N.º – 111/10 – MARIA ADELINA SOUSA CARREIRA
13. REQ. N.º 951/09 – PC N.º – 698/07 – JOSÉ MANUEL SOUSA RIBEIRO
14. REQ. N.º 298/11 – PC N.º – 82/10 – DANIELA CARINA RAMOS AMORIM
15. REQ. N.º 1393/10– PC N.º 722/07 – PEDRO MIGUEL RIBEIRO GOMES
16. REQ. N.º 2182/10– PC N.º 155/04 – LEONEL MARQUES POLICARPO
17. REQ. N.º 3073/07– PC N.º 519/07 – RUI MANUEL GRANJA VALE
18. REQ. N.º 1923/10– PC N.º 165/10 – EMIDIO DE SOUSA E SILVA
19. REQ. N.º 1617/10 – PC N.º 16/10 – SÉRGIO PAULO BRÁS DUARTE
20. REQ. N.º 1399/09 – PC N.º 617/07 – SOCIMOPLAS-SOC.MOLDES PARA MAT.PLAST.LDA.
21. REQ. N.º 1517/09 – PC N.º 42/09 – MAI – MARQUES AZEVEDO IMOBILIÁRIA, LDA.
22. REQ. N.º 944/09 – PC N.º 393/08 – QUINTA DO MONTE GRANDE, LDA.
23. REQ. N.º 2432/08 – PC N.º 274/08 – NUNO PAULO FRUTUOSO LOPES
24. REQ. N.º 67/08 – PC N.º 12/08 – CECILIA LUZ RODRIGUES SIMÕES
25. PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DA EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

26. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS EM ACIDENTE DE VIAÇÃO – REQUERENTE: CÉLIA MARGARIDA DOMINGUES CASEIRO - RUA DA ESCOLA DA AMIEIRINHA – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIAÇÃO E DEFERIMENTO.
27. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS EM ACIDENTE DE VIAÇÃO – REQUERENTE: RUI PEDRO BATISTA OLIVEIRA - RUA DO CORGO/RUA DAS FONTAINHAS BURACO NA FAIXA DE RODAGEM – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIAÇÃO E DEFERIMENTO.
28. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: PAULA CRISTINA COELHO DE SOUSA DA SILVA - DEFERIMENTO.
29. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: ANA CESARINA LOURENÇO DE SOUSA - DEFERIMENTO.
30. EDIFÍCIOS DEGRADADOS – AV<sup>a</sup>. 1.<sup>a</sup> DE MAIO, NºS. 58/60 – MARINHA GRANDE - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIA: HERANÇA DE JOSÉ DOS SANTOS LOPES - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.
31. EDIFÍCIOS DEGRADADOS - RUA DOS NATURAIS, NºS. 24 A 28 – S. PEDRO DE MOEL - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS PARA OUTRAS PROPRIEDADES E PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIOS: ORLANDA MARLENE DE JESUS BRÁS (Nº 28) E SILVÉRIO & BRÁS, LD<sup>a</sup>. (NºS. 24 E 26) - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.
32. PRÉDIO DEGRADADO – RUA MACHADO SANTOS, NºS. 31 E 33, MARINHA GRANDE – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIO: ADELINO JOSÉ FERREIRA FINO - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.
33. PRÉDIO DEGRADADO – DERROCADADA PARCIAL PARA A VIA PÚBLICA – RUA DO AÇUDE, ALBERGARIA - PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIO: LUIS DUARTE SANTOS - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.

34. PRÉDIO EM RISCO DE DERROCADADA PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – RUA DO VALE, PRAIA DE ÁGUA DE MADEIROS – PROPRIETÁRIO: CARLOS ANTÓNIO RODRIGUES DA COSTA E OUTROS – FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E DE MANUTENÇÃO – AUTO DE VISTORIA - TRABALHOS DE CORREÇÃO DE DEFICIÊNCIAS E MÁS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA.
35. PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2013.
36. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA” - CP 06/2010 - RATIFICAÇÃO DE SUSPENSÃO DOS TRABALHOS E APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS.
37. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA” - CP 05/2011 - RATIFICAÇÃO DE SUSPENSÃO DOS TRABALHOS E APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS.
38. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 2º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DE DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE.
39. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 2º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES NA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE.
40. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE
41. PROGRAMA DE ACTIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE - 2013
42. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE MARÇO DE 2013
43. TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO A FAVOR DE MARIA DA ENCARNACÃO BRITO FONSECA, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE BLOCO 5, 3.ª ESQUERDO, CASAL DE MALTA, POR MORTE DO CÔNJUGE - PRIMITIVO ARRENDATÁRIO DA FRAÇÃO.

**44. APROVAÇÃO DA LISTAGEM PROVISÓRIA DE CANDIDATOS ADMITIDOS E EXCLUÍDOS DO CONCURSO PÚBLICO PARA A ATRIBUIÇÃO DE 37 FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL.**

**45. RESUMO DE TESOUREARIA**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de dez processos de obras particulares, que identificou, o que foi por todos aceite, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.

O **Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais três assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** solicitou as seguintes informações:

- ⇒ Sobre o desenvolvimento das negociações com a empresa Santana, SA, o que é que a Câmara tem a informar;
- ⇒ Relativamente às obras do centro histórico constata que o grosso da obra ainda não está acabado, entrando depois em trabalhos de acabamentos, que são quase sempre extremamente demorados, pelo que vê com alguma preocupação o andamento dos trabalhos, pois parece-lhe que as obras não vão ficar prontas dentro dos prazos.

- A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho** solicitou as seguintes informações:

- ⇒ Evolução das negociações com a empresa Santana, SA, ;
- ⇒ Estado dos autos da União de Leiria, se é que a Câmara dispõe desta informação;
- ⇒ Estado dos semáforos na Avenida, que continuam intermitentes; causando grandes constrangimentos no trânsito;
- ⇒ Novamente o pedido de iluminação pública para a Amieira, já apresentado em reuniões anteriores mas que até à data ainda não foi colocada;

- ⇒ Buracos na estrada Casal Galego/Amieira;
- ⇒ Loja da Resinagem – há uma munícipe que lhe manifestou interesse em instalar uma tasquinha, mas o prazo já terminou na passada 6.ª feira. Será que esse prazo não pode ser alargado, uma vez que era de 12 dias, o que é manifestamente pouco para apresentar uma proposta.

▪ **O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Há algum tempo a Vereadora contactou-o sobre a cedência das instalações à Associação Girassol, pelo que pretende saber se o assunto já foi resolvido.
- ⇒ Talamolde – o dono da empresa abordou-o, pois colocou, no âmbito do seu projeto, alguns postes de eletricidade, e ainda não tem iluminação até à empresa, apesar do grande investimento que ali realizou, pelo que pede à Câmara que analise esta situação com a EDP.
- ⇒ Existe um candeeiro de iluminação pública junto à Escola Calazans Duarte que caiu, há cerca de 2 anos, e cuja situação ainda não foi resolvida.

▪ **O Sr. Presidente respondeu o seguinte relativamente às questões colocadas pelos Srs. Vereadores:**

- ⇒ Loja da Resinagem – na próxima reunião o processo virá novamente à Câmara, porque o concurso ficou deserto, e então terá que se abrir novo concurso, que decorre na plataforma.

**O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** perguntou se é obrigatório o procedimento concursal ser feito exclusivamente na plataforma electrónica, uma vez que é muito restritivo.

**O Sr. Vereador Dr. António Santos** referiu que concorda com o procedimento concursal na plataforma, mas entende que a Câmara deveria disponibilizar alguém que fizesse a inserção das propostas na plataforma e que pudesse dar esse apoio.

**O Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** entende que, caso a lei não imponha que o procedimento decorra na plataforma, não se adote esta forma, para dar mais possibilidades aos possíveis concorrentes.

**O Sr. Presidente** referiu que se poderá vir a recorrer à hasta pública, e assim não ser necessário utilizar a plataforma.

- ⇒ Obras no centro histórico – estão bem encaminhadas, na Casa da Cultura o reboco no interior já está feito, apesar de não se ver, e tudo indica que nos fins de Maio tudo esteja pronto, pelo menos é o que a empresa garante. Na

Resinagem, assim que o tempo esteja seguro, serão colocados os vidros no cubo.

- ⇒ Santana, SA – as negociações têm vindo a decorrer, e pensa que talvez já não demore muito a poder trazer uma proposta à Câmara, para então se discutirem as soluções.
- ⇒ União de Leiria – vai haver uma reunião com o Dr. Victor Faria, e logo após trará informações à Câmara.

▪ **O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte relativamente às questões colocadas pelos Srs. Vereadores:**

- ⇒ Iluminação na Amieira – já está pedida à EDP
- ⇒ Semáforos – havia uma interrupção na cablagem e ontem e hoje estão a abrir os passeios para resolver definitivamente a situação.

▪ **A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Dr.<sup>a</sup> Cidália Ferreira respondeu o seguinte relativamente à questão colocada pelo Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho:**

- ⇒ Protocolo com a Associação Girassol – a Sr.<sup>a</sup> Vereadora recordou que efetivamente falou com todos os Vereadores, tendo o assunto ficado incluído na última reunião de Câmara de dezembro de 2012. O protocolo foi assinado no início de Janeiro de 2013.

▪ **O Sr. Presidente** informou que a Presidente do Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta (ex-AFN), veio à Câmara Municipal após o temporal de janeiro, e nessa sequência prometeram libertar as estradas com exceção dos talhões perto do Canto do Ribeiro.

▪ **O Sr. Vereador Dr. António Santos** congratulou-se com a conclusão das obras em S. Pedro de Moel e com a abertura da Av.<sup>a</sup> Marginal ao trânsito, tal como o Sr. Presidente informou.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



**94** - Presente proposta da 2ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

**2ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2013**, no valor de 37.112,61 euros nos reforços e de 37.112,61 euros nas anulações;

**2ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2013** no valor de 23.386 euros nos reforços e de 23.386,00 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 2ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**2 - REQ. N.º 206/13 – PC N.º – 14/13 – PILAR FRANCISCO VARELA CRUZ – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA**

**95** - Presente pedido de licenciamento referente à obra de construção de um muro de vedação, a levar a efeito num prédio urbano sito no lugar de Casal dos Lobos, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presente informação técnica dos serviços de 13/02/2013 que atesta estar o projeto apresentado, apto a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Execução de todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.**
- 2. O muro terá de ser executado em alvenaria, devidamente rebocado e pintado, não podendo exceder a altura de 0,80 m, podendo ser encimado por elementos gradeados ou sebes vivas, desde que, no seu computo geral, não exceda a altura máxima de 1,50 m, nos termos previstos nas alíneas a), b) e c) do artigo. 18.º do RMEUMMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande;**

3. O muro terá de assegurar um afastamento mínimo de 2,25 m da berma, de modo a permitir no futuro a construção de passeio na frente da propriedade, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 19.º do RMEUMMG;
4. O alinhamento do muro deverá ser definido pelos serviços técnicos responsáveis desta Câmara.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata do projeto e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**3 - REQ. N.º 207/13 – PC N.º – 15/13 – PILAR FRANCISCO VARELA CRUZ – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA**

**96** - Presente pedido de licenciamento referente à obra de construção de um muro de vedação, a levar a efeito num prédio urbano sito no lugar de Casal dos Lobos, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presente informação técnica dos serviços de 14/02/2013 que atesta estar o projeto apresentado, apto a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

1. Execução de todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.
2. O muro terá de ser executado em alvenaria, devidamente rebocado e pintado, não podendo exceder a altura de 0,80 m, podendo ser encimado por elementos gradeados ou sebes vivas, desde que, no seu cômputo geral, não exceda a altura máxima de 1,50 m, nos termos previstos nas alíneas a), b) e c) do artigo. 18.º do RMEUMMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande;

3. O muro terá de assegurar um afastamento mínimo de 2,25 m da berma, de modo a permitir no futuro a construção de passeio na frente da propriedade, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 19.º do RMEUMMG;
4. O alinhamento do muro deverá ser definido pelos serviços técnicos responsáveis desta Câmara.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata do projeto e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **4 - REQ. N.º 1855/12 – PC N.º – 334/12 – OPTIMUS - COMUNICAÇÕES, S.A.**

**97** - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por OPTIMUS – Comunicações, S.A., em diversas ruas do Concelho, para abertura de caixas de visita permanente da Portugal Telecom, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à passagem de cabo de fibra óptica em infraestruturas subterrâneas existentes, a levar a efeito designadamente, na Avenida 1.º de Maio, Rua Eng.º Arala Pinto e outras na zona envolvente a estas, Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, datado de 19/12/2012, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública apresentado por OPTIMUS – Comunicações, S.A., em diversas ruas do Concelho, para abertura de caixas de visita permanente da Portugal Telecom, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à passagem de cabo de fibra óptica em infraestruturas subterrâneas existentes, a levar a efeito designadamente, na Avenida 1.º de Maio, Rua Eng.º Arala Pinto e outras na zona envolvente a estas, Freguesia da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.

- O corte do pavimento deve ser feito de modo a evitar a interrupção das vias;
- Deve prever uma sinalização dos locais dos trabalhos por forma a salvaguardar a passagem conveniente e em segurança de pessoas e de viaturas, dado tratar-se de ruas com bastante movimento;
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**5 - REQ. N.º 2023/12 – PC N.º 364/12 – ONITELECOM - INFOCOMUNICAÇÕES SA**

**98** - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Onitecom – Infocomunicações, S.A., para abertura de caixas de visita permanente da Portugal Telecom, em diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à instalação de cabo de fibra óptica, designadamente a Rua de Vieira de Leiria, Rua Ricardo Santos Gallo Júnior, Avenida José Gregório, Rua Salgueiro, Rua João Pereira Venâncio, Rua Manuel Pereira Roldão, Rua Lameiro, Rua Quinta das Nespereiras, Rua 25 de Abril, Rua Tenente Cabeleira Filipe, Avenida Vítor Gallo, Rua de Leiria e Rua da Embra, Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, datado de 19/12/2012, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública, apresentado por Onitecom – Infocomunicações, S.A., para abertura de caixas de visita permanente da Portugal Telecom, e diversas ruas do Concelho, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à instalação de cabo de fibra óptica, designadamente a Rua de Vieira de Leiria, Rua Ricardo Santos Gallo Júnior, Avenida José Gregório, Rua Salgueiro, Rua João Pereira Venâncio, Rua Manuel Pereira Roldão, Rua Lameiro, Rua Quinta das Nespereiras, Rua 25 de Abril, Rua Tenente Cabeleira Filipe, Avenida Vítor Gallo, Rua de Leiria e Rua da Embra, Freguesia da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- O corte do pavimento deve ser feito de modo a evitar a interrupção das vias;
- O solo deve ser devidamente compactado para evitar abatimentos e o revestimento em calçada grossa de paralelos de granito e de calçada portuguesa deve ser devidamente reposta;
- Deve prever uma sinalização dos locais dos trabalhos por forma a salvaguardar a passagem conveniente e em segurança de pessoas e de viaturas, dado tratar-se de ruas com bastante movimento;

- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos;
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**6 - REQ. N.º 2005/12 – PC N.º – 489/01 – MARIA REGINA JESUS ROSA**

**99** - Presente requerimento, com registo de entrada nº 2005/12 de 06-12-2013, de Maria Regina Jesus Rosa, com o NIF 118634003, residente em Rua dos Olivais, n.º 16 Quintas do Sirol, Freguesia de Santa Eufémia, Concelho de Leiria, titular do processo nº 489/01, referente à construção de duas moradias geminadas, a solicitar a autorização de utilização. Presente parecer dos serviços de fiscalização, datado de 18/01/2013, em que é dado conta da verificação de discrepâncias entre o projeto aprovado e a obra executada, de acordo com os aspetos observados da via pública.

Presente parecer dos serviços técnicos, datado de 07/02/2013, na sequência do qual foi proferido despacho pelo Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 64º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, tendo sido agendada a respetiva realização para 27/02/2013.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria às obras de construção de moradias geminadas, incidente no prédio sito na Rua das Andorinhas, n.º 28 e nº30, Lameira de Picassinos, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Maria Regina Jesus Rosa, residente em Rua dos Olivais, n.º 16 Quintas do Sirol, Freguesia de Santa Eufémia, Concelho de Leiria, com a seguinte composição**

- Engenheiro Jorge Junqueira
- Arquiteto Ricardo Santos
- Fiscal Álvaro Letra

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 4 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU e do PSD.**

**7 - REQ. N.º 2089/12 – PC N.º – 33/10 – ANTÓNIO PEREIRA SILVA**

**100** - Presente requerimento, com registo de entrada nº 2089/12 de 06-12-2013, de António Pereira da Silva, com o NIF 133247570, residente em Rua Luís Cristino da Silva, n.º 240, 2.º C, Freguesia de Marvila, Concelho de Lisboa, titular do processo nº 33/10, referente à legalização de alterações em moradia existente, a solicitar a autorização de utilização.

Presente parecer dos serviços de fiscalização, datado de 18/01/2013, em que é dado conta da verificação de discrepâncias entre o projeto aprovado e a obra executada, de acordo com os aspetos observados da via pública.

Presente parecer dos serviços técnicos, datado de 07/02/2013, na sequência do qual foi proferido despacho pelo Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 64º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, tendo sido agendada a respetiva realização para 27/02/2013.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à moradia objeto de legalização de obras de alteração, incidente no prédio sito na Rua da Foz, n.º 36, Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, propriedade de António Pereira da Silva, residente em Rua Luís Cristino da Silva, n.º 240, 2.º C, Freguesia de Marvila, Concelho de Lisboa, com a seguinte composição**

- Engenheiro Jorge Junqueira
- Arquiteto Alexandre Fava
- Fiscal Tomé Braz

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 4 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU e do PSD.**

**8 - REQ. N.º 1064/11– PC N.º 90/11 – SIMÕES SILVA & FILHOS, LDA.**

**101** - Presente requerimento n.º 1064/11, datado de 2011/05/20, constante do processo camarário n.º 90/11, subscrito por Simões Silva & Filhos, Lda., NIF n.º 502041480, com sede na Rua dos Vasos, Lote 5, Cruz da Areia, 2410-064 Leiria, Freguesia de Leiria, a solicitar licenciamento de “*CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO E MUROS*”, incidente sobre um prédio sito em Rua das Cavadinhas, Tojeira de Picassinos, Freguesia de Marinha Grande.

Presente informação técnica sobre o assunto, datada de 2013/02/08.

Analizada a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias úteis, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

*"(...) o projeto de arquitetura apresentado não reúne condições de aprovação, propondo-se o indeferimento da pretensão, fundamentada na alínea a) do n.º 1 e alínea b) do n.º 2 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com a redação da Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, adiante RJUE, designadamente por:*

*a) Violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o n.º 2 do art. 62.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas – Decreto-Lei n.º 38382/51, de 07/08, dado o conjunto edificado não assegurar logradouro tardoz com uma profundidade mínima de 6 metros.*

*a) "(...) A operação urbanística constituir, comprovadamente, uma sobrecarga incomportável para as infraestruturas ou serviços gerais existentes, ou implicar, para o município, a construção ou manutenção de equipamentos, a realização de trabalhos ou a prestação de serviços por este não previstos, designadamente quanto a arruamentos e redes de abastecimento de água, de energia elétrica ou de saneamento(...)", face à ausência de infra estrutura pública de drenagem de águas residuais pluviais e à não previsão da requalificação viária da Rua das Cavadinhas, no troço compreendido entre o limite da propriedade a noroeste e a Rua dos Poços, conforme condicionalismo expresso no ponto 2 da Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 24 de Junho de 2010, no âmbito do Pedido de Informação Prévia n.º 577-09, antecedente ao presente pedido de licenciamento.*

1. *Mais se deverá informar o requerente dos seguintes aspetos:*

*a) Nos termos do n.º 1 do art. 25.º do RJUE, o pedido poderá vir a ser reapreciado, desde que o requerente, em sede de audiência prévia, se comprometa a realizar os trabalhos necessários ou a assumir os encargos de funcionamento das infra estruturas por um período mínimo de 10 anos, devendo para o efeito apresentar processo autónomo relativo ao licenciamento das obras de urbanização necessárias, de acordo com os condicionalismos referidos na deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 2010/06/24, reportada ao Pedido de Informação Prévia antecedente à presente pretensão.*

*b) De acordo com a alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Regulamento n.º 449/2010, de 17/05 - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, adiante RMEUMMG, e para efeitos do disposto no n.º 5 do art. 44.º do RJUE, consideram-se de "impacte urbanístico relevante", as operações urbanísticas que envolvam uma sobrecarga dos níveis de serviço nas infra estruturas (vias de acesso, tráfego e estacionamento), nomeadamente "(...) Toda e qualquer construção que disponha de número igual ou superior a 9 frações ou unidades autónomas;", como é o caso.*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

- c) De acordo com o n.º 2 do art. 24.º do RJUE, a operação urbanística em causa fica sujeita ao disposto nos artigos 45.º e 66.º do RMEUMMG.*
- d) De acordo o art. 122.º do RMEUMMG, a realização de operações urbanísticas consideradas de “impacte urbanístico relevante” ficam ainda sujeitas ao pagamento da “Taxa devida pela realização, manutenção e reforço de infra estruturas urbanísticas.”, bem como ao pagamento da “Compensação” prevista no art. 126.º do RMEUMMG, pelo facto não prever quaisquer cedências destinadas à implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização coletiva.*
- (...)”*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - REQ. N.º 1135/11 – PC N.º 209/06 – ARMANDO PEDROSA DE SOUSA BRAZ E OUTROS**

**102** - Presente processo de licenciamento nº 209/06, apresentado por Armando Pedrosa de Sousa Braz, Carlos Alberto Pedrosa de Sousa e Joaquim Pedrosa, com o NIF 192463071, NIF 178459682 e NIF 147962757, respetivamente, residentes na Rua do Cerro, nº 251, Serra D’Urso, Freguesia de Monte Real, Concelho de Leiria, respeitante a licenciamento de construção de edifício habitacional e muros, incidente sobre um prédio sito na Rua Pires de Campos, Freguesia de Vieira de Leiria, Concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica dos serviços, a propor a declaração da caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura, datada de 14/02/2013

Analizada a pretensão, bem como a referida informação técnica, que propõe a declaração da caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias úteis, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

*“Considerando que:*

- A Câmara Municipal, em reunião de 25/11/2010, deliberou deferir o respetivo projeto licenciamento;*
- Na sequência de pedido apresentado pelo titular do processo foi deferida a prorrogação do prazo, pelo período de três meses, para apresentação dos projetos das especialidades;*
- Essa decisão foi-lhes notificada, através do ofício nº 523/11, de 17/06/2011 rececionado a 27/06/2011;*
- Apesar desta decisão os titulares do processo nunca apresentaram os respetivos projetos das especialidades;*



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

*- Nos termos do nº 6º do artigo 20º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, o processo esteve suspenso até ao dia 13/03/2012;*

*- Durante este prazo o titular do processo não apresentou qualquer projeto.*

*Propõe-se declarar a caducidade do ato que aprovou a arquitetura, notificado ao requerente pelo nosso ofício nº 1344/10, datado de 29/11/2010, nos termos do previsto no nº 6 do artigo 20º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30/03, e pela Lei nº 28/2010, de 02/09, por não terem sido apresentados os projetos de engenharia das especialidades no prazo previsto nos nºs 4, 5 e 6 do artigo 20 do R.J.U.E., com audiência previa do interessado.”*

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **10 - REQ. N.º 1097/09 – PC N.º – 649/06 – EMA MARIA PAIVA SANTOS NUNES**

**103** - Presente processo de licenciamento nº 649/06, apresentado por Ema Maria Paiva Santos Nunes, com o NIF 123352169, residente em Rua de S. Pedro, nº 141 – 2º Esqº, Portela, Freguesia de Marinha Grande, respeitante a licenciamento de alterações interiores destinadas a instalação de um estabelecimento de restauração e bebidas, incidente sobre a fração “C” de um prédio sito em Rua da Azambuja, nº 22, Marinha Grande, Freguesia de Marinha Grande.

Considerando que:

-O respetivo projeto licenciamento foi aprovado por despacho do vereador do urbanismo, paisagismo, planeamento e ordenamento do território, datado de 08/06/2009;

- O requerente tinha o prazo de 1 ano para solicitar a emissão de alvará, não o tendo feito até ao momento;

- Através do ofício nº 113 de 07/02/2012, rececionado em 20/02/2012, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo licenciamento, por não ter sido requerida a emissão do alvará;

-Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 12/03/2012;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou.

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto no nº 2 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, sem que o titular, Ema Maria Paiva Santos Nunes, do processo nº 649/06, tenha solicitado o respetivo alvará e tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido no 2 do artigo 71º, declarar a caducidade do**

**licenciamento do projeto de alterações interiores destinadas a instalação de um estabelecimento de restauração e bebidas de um estabelecimento de restauração e bebidas, a levar a efeito na fração “C” de um prédio sito em Rua da Azambuja, n.º 22, Marinha Grande, Freguesia de Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**11 - REQ. N.º 3106/09 – PC N.º – 01/08 – SANDRA CRISTINA FRAGOSO PEREIRA BOM**

**104** - Presente processo de licenciamento nº 01/08, apresentado por Sandra Cristina Fragoso Pereira Bom, com o NIF 210224720, residente em Lutzenkirchener Str. 362 B, Alemanha, respeitante a licenciamento de alterações interiores destinadas a instalação de um estabelecimento de restauração, incidente sobre a fração “F” do prédio sito em Rua do Lameiro, n.º 19, Loja B, Freguesia de Marinha Grande.

Considerando que:

- O respetivo projeto licenciamento foi aprovado por despacho do vereador datado de 05/12/2008;
- Na sequência de pedido apresentado pelo titular do processo foi deferida a prorrogação do prazo, por mais um ano, para requerer a emissão do alvará que titula a aprovação urbanística objeto de licenciamento;
- Essa decisão foi-lhe notificada, através do ofício nº 1829, de 27/11/2009 rececionado a 23/12/2009;
- Apesar desta decisão o titular do processo nunca solicitou a emissão de alvará;
- Através do ofício nº 70 de 26/01/2012, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou.

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, sem que o titular Sandra Cristina Fragoso Pereira Bom do processo nº 01/08, tenha solicitado o respetivo alvará e tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido no 2 do artigo 71.º, declarar a caducidade do projeto de licenciamento de alterações interiores para instalação de estabelecimento de restauração, sito em Rua do Lameiro, n.º 19, Loja B, Freguesia de Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - REQ. N.º 2359/10 – PC N.º – 111/10 – MARIA ADELINA SOUSA CARREIRA**

**105** - Presente processo de licenciamento nº 111/10, apresentado por Maria Adelina Sousa Carreira, com o NIF 194206130, residente em Rua da Escola, n.º 29, Pedra de Baixo, Freguesia de Marinha Grande, respeitante a projeto de licenciamento de alterações para instalação de estabelecimento de bebidas, incidente sobre um prédio sito na Estrada de Leiria 206, loja B Ed. Embra Park, Freguesia de Marinha Grande.

Considerando que:

- A Câmara Municipal, em reunião de 28/10/2010, deliberou deferir o respetivo projeto licenciamento;
- Através do ofício nº 1097 de 20/12/2011, rececionado em 28/12/2011, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 18/01/2012;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou.

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, sem que o titular Maria Adelina Sousa Carreira do processo nº 111/10, tenha solicitado o respetivo alvará e tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido no 2 do artigo 71.º, declarar a caducidade do projeto de licenciamento de alterações para instalação de estabelecimento de bebidas, sito na Estrada de Leiria 206, loja B Ed. Embra Park, Freguesia de Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**13 - REQ. N.º 951/09 – PC N.º – 698/07 – JOSÉ MANUEL SOUSA RIBEIRO**

**106** - Presente processo de licenciamento nº 698/07, apresentado por José Manuel Sousa Ribeiro, com o NIF 124870813, residente em Rua da Escola Velha n.º 120, Boavista, Freguesia de Marinha Grande, respeitante a licenciamento de construção de um edifício habitacional e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito no Lote 18, de um loteamento situado na Comeira, Freguesia de Marinha Grande.

Considerando que:

- O respetivo projeto licenciamento foi aprovado por despacho do vereador datado de 05/05/2009;
- O requerente tinha o prazo de 1 ano para solicitar a emissão de alvará, não o tendo feito até ao momento;
- Através do ofício nº 682 de 05/08/2011, rececionado em 10/08/2011, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

-Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 26/08/2011;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou.

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, sem que o titular José Manuel Sousa Ribeiro do processo nº 698/07, tenha solicitado o respetivo alvará e tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido no 2 do artigo 71.º, declarar a caducidade do licenciamento do projeto de construção de um edifício habitacional e muros de vedação, sito Lote 18 de um loteamento situado na Comeira, Freguesia de Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **14 - REQ. N.º 298/11 – PC N.º – 82/10 – DANIELA CARINA RAMOS AMORIM**

**107** - Presente processo de licenciamento nº 82/10, apresentado por Daniela Carina Ramos Amorim, com o NIF 206507798, residente em Rua da Ribeira, n.º 23, Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, respeitante a licenciamento de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito em Rua da Ribeira, Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande.

Considerando que:

- A Câmara Municipal, em reunião de 09/12/2010, deliberou deferir o respetivo projeto licenciamento;

- o requerente tinha o prazo de 1 ano para solicitar a emissão de alvará, não o tendo feito até ao momento;

- Através do ofício nº 72 de 26/01/2012, rececionado em 30/01/2012, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

-Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 20/02/2012;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou.

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, sem que a titular Daniela Carina Ramos Amorim do processo nº 82/10, tenha solicitado o respetivo alvará e tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido no 2 do artigo 71.º, declarar a caducidade do licenciamento da construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito em Rua da Ribeira, Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**15 - REQ. N.º 1393/10— PC N.º 722/07 — PEDRO MIGUEL RIBEIRO GOMES**

**108** - Presente processo de licenciamento nº 722/07, apresentado por Pedro Miguel Ribeiro Gomes, com o NIF 212860356, residente em Travessa das Figueiras n.º 48, R/C Dtº, Figueiras, Freguesia de Marinha Grande, respeitante a licenciamento do projeto de Construção de moradia unifamiliar, incidente sobre um prédio sito Rua Rio Velho, Moita, Freguesia de Moita e Concelho de Marinha Grande.

Considerando que:

- A Câmara Municipal, em reunião de 15/07/2010, deliberou deferir o respetivo projeto licenciamento;

- O requerente tinha o prazo de 1 ano para solicitar a emissão de alvará, não o tendo feito até ao momento;

- Através do ofício nº 686 de 08/08/2011, rececionado em 28/09/2011, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

-Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 19/10/2011;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou.

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, sem que o titular Pedro Miguel Ribeiro Gomes do processo nº 722/07, tenha solicitado o respetivo alvará e tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido no 2 do artigo 71.º, declarar a caducidade do licenciamento do projeto da construção de moradia unifamiliar, sita Rua Rio Velho, Moita, Freguesia de Moita e Concelho de Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**16 - REQ. N.º 2182/10— PC N.º 155/04 — LEONEL MARQUES POLICARPO**

**109** - Presente processo de licenciamento nº 155/04, apresentado por Leonel Marques Policarpo, com o NIF 113979177, residente em Av.ª Dr. José Henriques Vareda n.º 14, 1º Dtº

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

A, Marinha Grande, Freguesia de Marinha Grande, respeitante a licenciamento de projeto de construção de um bloco habitacional e muros, incidente sobre um prédio sito em Rua do Tecelão, Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande.

Considerando que:

- A Câmara Municipal, em reunião de 28/10/2010, deliberou deferir o respetivo projeto licenciamento;
- Através do ofício nº 1106 de 21/12/2011, rececionado em 17/01/2012, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo licenciamento, por não ter sido requerida a emissão do respetivo alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 07/02/2012;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou.

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, sem que o titular Leonel Marques Policarpo do processo nº 155/04, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará nem tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido no 2 do artigo 71.º do mencionado diploma legal, declarar a caducidade do licenciamento do projeto da construção de um bloco habitacional e muros, sito em Rua do Tecelão, Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**17 - REQ. N.º 3073/07 – PC N.º 519/07 – RUI MANUEL GRANJA VALE**

**110** - Presente processo de licenciamento nº 519/07, apresentado por Rui Manuel Granja Vale, com o NIF 166361569, residente em Rua das Figueiras n.º 29 B, Cruzes, Freguesia de Marinha Grande, respeitante a licenciamento da construção de uma garagem, incidente sobre um prédio sito em Rua das Figueiras, Cruzes, Freguesia de Marinha Grande.

Considerando que:

- O respetivo projeto de arquitetura foi aprovado por despacho do vereador do pelouro do urbanismo. Paisagismo, planeamento e ordenamento do território datado de 22/12/2008;
- Através do ofício nº 680 de 05/08/2011, rececionado em 09/08/2011, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo projeto de arquitetura, nos termos do disposto no n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por ter decorrido os prazos previstos nos n.º 4 e n.º 6 do referido artigo para apresentação dos respetivos projetos de especialidades;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias úteis sobre a data da receção da notificação, ou seja até 3/08/2011;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou.

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto nos n.ºs 4 e 6 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, sem que o titular Rui Manuel Granja Vale do processo nº 519/07, tenha apresentado os projetos de especialidades e tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido no 6 do artigo 20.º, declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento da construção de uma garagem, sito Rua das Figueiras, Cruzes, Freguesia de Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **18 - REQ. N.º 1923/10— PC N.º 165/10 — EMÍDIO DE SOUSA E SILVA**

**111 -** Presente processo de licenciamento nº 165/10, apresentado por Emídio de Sousa e Silva, com o NIF 168746468, residente em Travessa da Bela Vista n.º 3, Moita, Freguesia de Moita, respeitante a licenciamento de projeto de remodelação de moradia, anexos e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito em Travessa da Bela Vista n.º 3, Moita, Freguesia de Moita.

Considerando que:

- A Câmara Municipal, em reunião de 30/09/2010, deliberou deferir o respetivo projeto de arquitetura;
- Através do ofício nº 1099 de 20/12/2011, rececionado em 29/12/2011, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo projeto de arquitetura, nos termos do disposto no n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30/03, por ter decorrido os prazos previstos nos n.º 4 e n.º 6 do referido artigo para apresentação dos respetivos projetos de especialidades;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 19/01/2012;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou.

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto nos n.ºs 4 e 6 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, sem que o titular, Emídio de Sousa e Silva, do processo nº 165/10, tenha apresentado os projetos de especialidades e tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido no 6 do artigo 20.º, declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de projeto de remodelação de moradia, anexos e muros de vedação, sito Travessa da Bela Vista n.º 3, Moita, Freguesia de Moita.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**19 - REQ. N.º 1617/10 – PC N.º 16/10 – SÉRGIO PAULO BRÁS DUARTE**

**112** - Presente processo de licenciamento nº 16/10, apresentado por Sérgio Paulo Brás Duarte, com o NIF 174980230, residente em Rua da Junqueira n.º 16, Casa D'Anja, Freguesia de Vieira de Leiria e Concelho de Marinha Grande, respeitante a licenciamento de projeto de legalização e remodelação de uma moradia, anexo e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito em Rua da Junqueira n.º 16, Casal D'Anja, Freguesia de Vieira de Leiria e Concelho de Marinha Grande.

Considerando que:

- A Câmara Municipal, em reunião de 11/11/2010, deliberou deferir o respetivo projeto de arquitetura;
- Através do ofício nº 71 de 26/01/2012, rececionado em 30/01/12, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo projeto de arquitetura, nos termos do disposto no n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por ter decorrido os prazos previstos nos n.º 4 e n.º 6 do referido artigo para apresentação dos respetivos projetos de especialidades;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 20/02/2012;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou.

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto nos n.ºs 4 e 6 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, sem que o titular, Sérgio Paulo Brás Duarte, do processo nº 16/10, tenha apresentado os projetos de engenharia das especialidades nem tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido no 6 do artigo 20.º, declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de legalização e remodelação de uma moradia, anexo e muros de vedação, sito em Rua da Junqueira n.º 16, Casal D'Anja, Freguesia de Vieira de Leiria e Concelho de Marinha Grande.

Mais deliberou remeter o processo à Divisão Jurídica e de Comunicação para que tome as medidas legais aplicáveis, face à caducidade ocorrida.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**20 - REQ. N.º 1399/09 – PC N.º 617/07 – SOCIMOPLAS-SOC.MOLDES PARA MAT.PLAST.LDA.**



**113** - Presente processo de licenciamento nº 617/07, apresentado por Socimoplás – Soc. De Moldes para Matérias Plásticas, Lda, com o NIF 501437959, com sede em Rua da França, Lote 38 – Zona Industrial de Casal da Lebre, Freguesia de Marinha Grande, respeitante a licenciamento de projeto de ampliação de nave fabril, incidente sobre um prédio sito em Rua da França, Lote 38 – Zona Industrial de Casal da Lebre, Freguesia de Marinha Grande.

Considerando que:

- A Câmara Municipal, em reunião de 30/09/2010, deliberou deferir o respetivo projeto de arquitetura;
- Na sequência de pedido apresentado pelo titular do processo foi deferida a prorrogação do prazo, por mais três meses, para entrega dos projetos de especialidades;
- Essa decisão foi-lhe notificada, através do ofício nº 1034, de 26/06/2009 rececionado a 01/07/2009;
- Apesar desta decisão o titular do processo nunca entregou os projetos de especialidades;
- Através do ofício nº 716 de 12/08/2011, rececionado em 23/08/2011, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo projeto de arquitetura, nos termos do disposto no n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por ter decorrido os prazos previstos nos n.º 4, n.º 5 e n.º 6 do referido artigo para apresentação dos respetivos projetos de especialidades;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 13/09/2011;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou.

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto nos n.ºs 4, 5 e 6 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, sem que o titular – Soc. De Moldes para Matérias Plásticas, Lda do processo nº 617/07, tenha apresentado os projetos de especialidades e tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido no 6 do artigo 20.º, declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de projeto de ampliação da nave fabril, incidente sobre um prédio sito em Rua da França, Lote 38 – Zona Industrial de Casal da Lebre, Freguesia de Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**21 - REQ. N.º 1517/09 – PC N.º 42/09 – MAI – MARQUES AZEVEDO IMOBILIÁRIA, LDA.**

**114** - Presente processo de licenciamento nº 42/09, apresentado por Mai- Marques Azevedo Imobiliária, Lda, com o NIF 503260916, com sede na Rua Machado dos Santos n.º 39 – 1.º, Freguesia de Marinha Grande, respeitante a licenciamento de projeto de alterações a um

edifício existente, sito em Rua Machado dos Santos, n.º 39, Marinha Grande, Freguesia de Marinha Grande.

Considerando que:

-O respetivo projeto de licenciamento foi aprovado por despacho do vereador datado de 17/07/2009;

- Através do ofício nº 719 de 12/08/2011, rececionado em 23/08/2011, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo projeto de arquitetura, nos termos do disposto no n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por terem decorrido os prazos previstos nos n.º 4 e n.º 6 do referido artigo para apresentação dos respetivos projetos de especialidades;

-Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 13/09/2011;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou.

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto nos n.ºs 4 e 6 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, sem que o titular, Mai- Marques Azevedo Imobiliária, Lda, do processo nº 42/09, tenha apresentado os projetos de especialidades nem tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido no 6 do artigo 20.º, declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de projeto de alterações a um edifício existente, sito em Rua Machado dos Santos, n.º 39, Freguesia de Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **22 - REQ. N.º 944/09 – PC N.º 393/08 – QUINTA DO MONTE GRANDE, LDA.**

**115** - Presente processo de licenciamento nº 393/08, apresentado por Quinta do Monte Grande, Lda., com o NIF 506745856, com sede na Travessa da Zona Industrial, n.º 128 – Bloco 1, 1.º eq.º, Freguesia de Meirinhas, Concelho de Pombal, respeitante a licenciamento de projeto de ampliação de um edifício destinado à instalação de estabelecimento de restauração, incidente sobre um prédio sito em Rua do Fagundo, Albergaria, Freguesia de Marinha Grande.

Considerando que:

-O respetivo projeto licenciamento foi aprovado por despacho do vereador datado de 29/04/2009;

- Através do ofício nº 721 de 12/08/2011, rececionado em 23/08/2011, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo projeto de arquitetura, nos termos do disposto no n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de

16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por ter decorrido os prazos previstos nos n.º 4 e n.º 6 do referido artigo para apresentação dos respetivos projetos de especialidades;

-Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 13/09/2011;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou.

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto nos n.ºs 4 e 6 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, sem que o titular, Quinta do Monte Grande, Lda., do processo nº 393/08, tenha apresentado os projetos de especialidades nem tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido nº 6 do artigo 20.º, declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de projeto de de ampliação de edifício destinado a instalação de um estabelecimento de restauração, sito em Rua do Fagundo, Albergaria, Freguesia de Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **23 - REQ. N.º 2432/08 – PC N.º 274/08 – NUNO PAULO FRUTUOSO LOPES**

**116** - Presente processo de licenciamento nº 274/08, apresentado por Nuno Paulo Frutuoso Lopes, com o NIF 209837306, residente em Rua do Rego n.º 58, lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande, respeitante a licenciamento de projeto de construção de moradia, telheiro e garagem, incidente sobre um prédio sito em Rua da Paz, lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande.

Considerando que:

- A Câmara Municipal, em reunião de 24/06/2010, deliberou deferir o respetivo projeto de arquitetura;

- Através do ofício nº 704 de 10/08/2011, rececionado em 29/08/2011, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo projeto de arquitetura, nos termos do disposto no n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por ter decorrido os prazos previstos nos n.º 4 e n.º 6 do referido artigo para apresentação dos respetivos projetos de especialidades;

-Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 19/09/2011;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou.

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto nos n.ºs 4 e 6 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na**

sua redação atual, sem que o titular, Nuno Paulo Frutuoso Lopes, do processo nº 274/08, tenha apresentado os projetos de especialidades nem tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido no 6 do artigo 20.º, declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de projeto de construção de moradia, telheiro e garagem, a levar a efeito num prédio sito Rua da Paz, Garcia, Freguesia de Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **24 - REQ. N.º 67/08 – PC N.º 12/08 – CECILIA LUZ RODRIGUES SIMÕES**

**117** - Presente processo de licenciamento nº 12/08, apresentado por Cecília Luz Rodrigues Simões, com o NIF 122814487, residente em Rua José Sousa Rodrigues nº 6, Lameiro, Freguesia de Marinha Grande, respeitante a licenciamento de projeto de construção de moradia unifamiliar com destaque de parcela, incidente sobre um prédio sito em Rua Floristas Gravadores, Lameiro, Freguesia de Marinha Grande.

Considerando que:

-O respetivo projeto licenciamento foi aprovado por despacho do vereador datado de 20/08/2009;

- Através do ofício nº 711 de 11/08/2011, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo projeto de arquitetura, nos termos do disposto no nº 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30/03, por ter decorrido os prazos previstos nos nº 4 e nº 6 do referido artigo para apresentação dos respetivos projetos de especialidades;

-Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou.

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto nos n.ºs 4 e 6 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, sem que a titular, Cecília Luz Rodrigues Simões, do processo nº 12/08, tenha apresentado os projetos de engenharia das especialidades nem tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido no 6 do artigo 20.º, declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento de projeto de construção de moradia unifamiliar com destaque de parcela, incidente num prédio sito em Rua Floristas Gravadores, Lameiro, Freguesia de Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**25 - PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DA EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE**

**118** - Presente projeto de alteração ao Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Considerando que:

- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou em sessão ordinária de 30 de abril de 2010 aprovar o Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, tendo o mesmo sido publicado em Diário da República, 2.ª série, a 17 de maio de 2010;
- Este Regulamento se encontra em vigor desde 1 de Junho de 2010;
- A experiência colhida durante o tempo da sua vigência, bem como as recentes alterações legislativas ocorridas a nível do licenciamento industrial, nomeadamente com a publicação do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, que aprovou o Sistema de Indústria Responsável – SIR, da Portaria n.º 138/2012, de 14 de maio que procedeu a alterações à Portaria n.º 517/2008, de 25 de junho, que estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de alojamento local e ainda as decorrentes do “Licenciamento Zero”, obrigam a uma adaptação do Regulamento Municipal a estes diplomas;

**A Câmara Municipal no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que a republicou e para efeitos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º das mesmas Leis, delibera, nos termos do n.ºs 1 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), submeter a apreciação pública, pelo período de 30 dias, o presente projeto de alterações ao Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, que se anexa (Anexo 1) e que aqui se dá por integralmente reproduzido.**

**O projeto de alterações deve, em cumprimento do n.º 4 do artigo 3.º do RJUE, ser publicitado em Diário da República.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**26 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS EM ACIDENTE DE VIAÇÃO – REQUERENTE: CÉLIA MARGARIDA DOMINGUES CASEIRO - RUA DA ESCOLA DA AMIEIRINHA – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIÇÃO E DEFERIMENTO.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

**119** - Presente requerimento apresentado em 27-11-2012, por Célia Margarida Domingues Caseiro (registo de entrada n.º E/8717/2012), no qual solicita indemnização pelos danos causados na sua viatura quando, no dia 23 de novembro último, cerca das 13H30, na Rua da Escola da Amieirinha pisou uma tampa de uma caixa na via pública, a qual se deslocou ficando a roda parcialmente no buraco e sentiu o embate do carro no chão, partindo a embaladeira direita do automóvel, danos que imputa aos serviços municipais.

Presente Informação n.º I/30/2013-FO, de 11-01-2013, na qual se apreciam os factos invocados pela requerente e as provas produzidas, e se conclui pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar a lesada/requerente, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/30/2013 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 45,69€€ (quarenta e cinco euros e sessenta e nove cêntimos), com IVA incluído, apresentado por Célia Margarida Domingues Caseiro, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.**

**Mais deliberou informar a lesada, Célia Margarida Domingues Caseiro, que deve comparecer pessoalmente na Tesouraria da Câmara Municipal aquando do recebimento do montante desta indemnização, munida do original do documento comprovativo do pagamento das despesas suportadas com a reparação, por forma a poder assinar o respectivo recibo.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**27 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS EM ACIDENTE DE VIAÇÃO – REQUERENTE: RUI PEDRO BATISTA OLIVEIRA - RUA DO CORGO/RUA DAS FONTAINHAS BURACO NA FAIXA DE RODAGEM – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIAÇÃO E DEFERIMENTO.**

**120** - Presente requerimento apresentado em 07-01-2013, por Rui Pedro Batista Oliveira (registo de entrada n.º E/182/2013), no qual solicita indemnização pelos danos causados na sua viatura quando, no dia 1 de janeiro último, cerca das 03H15, na ligação da Rua do Corgo com a Rua das Fontainhas, desta cidade, passou por cima de um buraco sem sinalização existente na faixa de rodagem e rebentou o pneu do seu automóvel, danos que imputa aos serviços municipais.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

Presente Informação n.º 1/254/2013-FO, de 05-02-2013, na qual se apreciam os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se conclui pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar o lesado/requerente, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º 1/254/2013 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 119,93€ (cento e dezanove euros e noventa e três cêntimos), com IVA incluído, apresentado por Rui Pedro Batista Oliveira, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.**

**Mais deliberou informar o lesado, Rui Pedro Batista Oliveira, que deve comparecer pessoalmente na Tesouraria da Câmara Municipal aquando do recebimento do montante desta indemnização, munido do original do documento comprovativo do pagamento das despesas suportadas com a reparação, por forma a poder assinar o respectivo recibo.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**28 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: PAULA CRISTINA COELHO DE SOUSA DA SILVA - DEFERIMENTO.**

**121** - Presente Informação Jurídica n.º 267/2013, de 06.02.2013, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (anexo IV);

Presente Informação da DISU, enviada via Webdoc, em 01.02.2013 (anexo III);

Presente requerimento n.º E/412/2013, de 15.01.2013, apresentado pela lesada Paula Cristina Coelho de Sousa da Silva, na qual junta orçamento de reparação do veículo Opel Corsa, com a matrícula 74-73-ER e requer indemnização no valor de 159,01 € correspondente ao valor da reparação dos danos causados no veículo em 16.12.2012, pela existência de um buraco numa via de circulação rodoviária cuja gestão compete à Câmara Municipal - Rua de S. Pedro de Moel (Guarda Nova) - e cujo pavimento é composto por betuminoso (anexo II); Presente Participação da P.S.P. – esquadra da Marinha Grande, à qual correspondeu o registo de entrada n.º 9343/2012, respeitante ao sinistro ocorrido em 16.12.2012 na Rua de S. Pedro de Moel (Guarda Nova), com a viatura Opel Corsa, propriedade de Paula Cristina Coelho de Sousa da Silva (anexo I).

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação jurídica n.º 267/2013, de 06.02.2013, que se dá por reproduzida, delibera indemnizar a lesada Paula Cristina**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

**Coelho de Sousa da Silva, contribuinte n.º 194 348 296, no montante de cento e cinquenta e nove euros e um cêntimo, na medida em que se encontram reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o artigo 7.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**29 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: ANA CESARINA LOURENÇO DE SOUSA - DEFERIMENTO.**

**122** - Presente Informação Jurídica n.º 64/2013, de 21/01/2013, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (anexo IV);

Presente Informação da DISU, enviada via Webdoc, em 11/01/ 2013 (anexo III);

Presente requerimento n.º E/9454/2012, de 21/12/2012, apresentado pela lesada Ana Cesarina Lourenço de Sousa Machado, na qual junta orçamento de reparação do veículo Toyota Avensis, com a matrícula 26-42-VM e requer indemnização no valor de 238,87 € correspondente ao valor da reparação dos danos causados no veículo, em 17 de dezembro de 2012, pela existência de um buraco numa via de circulação rodoviária cuja gestão compete à Câmara Municipal - Rua de S. Pedro de Moel (Guarda Nova) - e cujo pavimento é composto por betuminoso (anexo II);

Presente Participação da P.S.P. – esquadra da Marinha Grande, à qual correspondeu o registo de entrada n.º 9341/2012, respeitante ao sinistro ocorrido em 16/12/2012 na Rua de S. Pedro de Moel (Guarda Nova), com a viatura Toyota Avensis, propriedade de Ana Cesarina Lourenço de Sousa Machado (anexo I).

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação jurídica n.º 64/2013, de 21/01/2013, que se dá por reproduzida, delibera indemnizar a lesada Ana Cesarina Lourenço de Sousa Machado, contribuinte n.º 182 085 287, no montante de duzentos e trinta e oito euros e oitenta e sete cêntimos, na medida em que se encontram reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o artigo 7.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.**

**O referido pagamento fica condicionado à apresentação nesta Câmara Municipal do original da factura e recibo emitidos pela Sociedade Henrique Primo Unipessoal, Lda.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

**30 - EDIFÍCIOS DEGRADADOS – AV<sup>a</sup>. 1.ª DE MAIO, NºS. 58/60 – MARINHA GRANDE - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIA: HERANÇA DE JOSÉ DOS SANTOS LOPES - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.**

**123** - Considerando a informação do Serviço Municipal de Proteção Civil I/537/2011, de 16-05-2011, relatando o elevado estado de degradação com risco de queda de elementos construtivos para a via pública, dos edifícios sítos na Av<sup>a</sup>. 1.ª de Maio, nºs. 58 e 60, Marinha Grande, inserido na herança de José dos Santos Lopes, da qual é Cabeça de Casal, Olímpia Carvalho Pereira da Quitéria Lopes, residente na Rua José dos Santos Lopes, n.º 23, Apartado 3081, 2420-039 Leiria e também herdeiro Ricardo Lopes, seu filho.

Considerando que por e-mail de 08-08-2011, enviado por aqueles Serviços de Proteção Civil foi proprietário/herdeiro Ricardo Lopes, alertado para a necessidade de implementar, com urgência, as medidas e os trabalhos necessários à garantia da segurança de pessoas que transitam naquele local e seus bens, face ao elevado estado de degradação das edificações, não tendo surtido qualquer efeito.

Considerando ainda que sobre os proprietários impende o dever de realização de obras de conservação das edificações, pelo menos, uma vez a cada oito anos e, independentemente desse prazo, de realização de todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético – art.º 89.º do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação,

**A Câmara Municipal delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização, com carácter de urgência, de uma vistoria aos edifícios sítos na Av<sup>a</sup>. 1.ª de Maio, nºs. 58 e 60, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a segurança de pessoas e bens e para a via pública, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a ordem de prioridades.**

**A vistoria será realizada pelos técnicos desta Câmara Municipal, Eng<sup>a</sup>. Maria João Oliveira, Arqt<sup>a</sup>. Alexandre Fava e Dr<sup>a</sup>. Eunice Marques, todos da DOT-Divisão de Ordenamento do Território.**

**Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do citado artigo 90.º, deve notificar-se a presente deliberação à herdeira e cabeça de casal da herança de José dos Santos Lopes, Olímpia Carvalho Pereira da Quitéria Lopes, na qual se inclui o prédio objecto da vistoria, residente na Rua José dos Santos Lopes, n.º 23, Apartado 3081, 2420-039 Leiria, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização da vistoria.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**31 - EDIFÍCIOS DEGRADADOS - RUA DOS NATURAIS, NºS. 24 A 28 – S. PEDRO DE MOEL - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS PARA OUTRAS PROPRIEDADES E PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIOS: ORLANDA MARLENE DE JESUS BRÁS (Nº 28) E SILVÉRIO & BRÁS, LDª. (NºS. 24 E 26) - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.**

**124** - Considerando a informação do Serviço Municipal de Proteção Civil I/151/2010, de 02-02-2010, relatando o elevado estado de degradação com risco de queda de elementos construtivos para outras propriedades confinantes e para a via pública, dos edifícios sitos na Rua dos Naturais, nºs. 24 a 28, S. Pedro de Moel, sendo os dois primeiros (24 e 26) propriedade da sociedade Silvério e Brás, Ldª., com sede na Rua do Cerro, n.º 94, Serra do Porto D'Urso, 2425-074 Monte Real, e o terceiro (28), propriedade de Edmundo Augusto Sousa Carolino, falecido e de cuja herança é cabeça de casal Orlanda Marlene de Jesus Brás, residente na Avª. Dr. José Henriques Vareda, n.º 60, 2430-032 Marinha Grande.

Considerando que a ambos os proprietários dos prédios em causa foram enviados os ofícios S/589/2011 e S/590/2011, de 04-02-2011, por aqueles Serviços de Proteção Civil alertando-os para a necessidade de implementarem, com urgência, as medidas e os trabalhos necessários à garantia da segurança de pessoas que transitam e habitam naquele local e seus bens, face ao elevado estado de degradação das edificações, não tendo surtido qualquer efeito.

Considerando que o estado de degradação e abandono das edificações em causa foi agravado pelo decurso do tempo, pela falta de execução de obras de conservação e pelo temporal que assolou o concelho da Marinha Grande e S. Pedro de Moel, nos dias 18 e 19 de janeiro último, provocando a queda de telhas e outros elementos construtivos.

Considerando ainda que sobre os proprietários impende o dever de realização de obras de conservação das edificações, pelo menos, uma vez a cada oito anos e, independentemente desse prazo, de realização de todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético – art.º 89.º do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação,

**A Câmara Municipal delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização, com carácter de urgência, de uma vistoria aos edifícios sitos na Rua dos Naturais, nºs. 24, 26 e 28, S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a segurança de pessoas e bens e para a via pública, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de**

tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a ordem de prioridades.

A vistoria será realizada pelos técnicos desta Câmara Municipal, Eng.º Rui Vicente, Arqt.º Ricardo Santos e Dr.ª Eunice Marques, todos da DOT-Divisão de Ordenamento do Território e o respectivo auto deve ser elaborado em separado, um para os edifícios dos n.ºs. 24 e 26 e outro para o edifício com o n.º 28.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do citado artigo 90.º, deve notificar-se a presente deliberação aos proprietários dos prédios objecto das vistorias, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização das vistorias:

- a) Dos n.ºs. 24 e 26, a sociedade Silvino e Brás, Lda., com sede na Rua do Cerro, n.º 94, Serra do Porto de Urso, 2425-074, Monte Real;
- b) Do n.º 28, a cabeça de casal da herança de Edmundo Augusto Sousa Carolino, Orlanda Marlene de Jesus Brás, residente na Av.ª Dr. José Henriques Vareda, n.º 60, 2430-032 Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**32 - PRÉDIO DEGRADADO – RUA MACHADO SANTOS, N.ºS. 31 E 33, MARINHA GRANDE –PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIO: ADELINO JOSÉ FERREIRA FINO - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.**

**125** - Considerando a informação do Serviço Municipal de Proteção Civil I/1203/2011, de 09-11-2011, relatando o elevado estado de degradação do prédio sito na Rua Machado Santos, n.ºs. 31-33, Marinha Grande, propriedade de Adelino José Ferreira Fino, residente em Cruz da Léguas, n.º 123, Pedreiras, 2480-100 Porto de Mós, e alertando para o risco de derrocada da fachada do edifício para a via pública, pondo em causa a segurança de pessoas e bens;

Considerando o teor do ofício S/6054/2011, de 10-11-2011, enviado ao proprietário, solicitando-lhe a tomada de medidas com carácter de urgência tendo em vista a minimização dos riscos para a segurança das inúmeras pessoas e veículos que diariamente circulam em frente do prédio, sem qualquer efeito útil;

Considerando ainda que sobre os proprietários impende o dever de realização de obras de conservação das edificações, pelo menos, uma vez a cada oito anos e, independentemente desse prazo, de realização de todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético – art.º 89.º do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação,

A Câmara Municipal delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização, com carácter de urgência, de uma vistoria ao edifício sito na Rua Machado Santos, nºs. 31-33, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a segurança de pessoas e bens e para a via pública, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a ordem de prioridades.

A vistoria será realizada pelos técnicos desta Câmara Municipal, Arqtº. Ricardo Santos, Engª. Cristina Silva e Drª. Eunice Marques, todos da DOT-Divisão de Ordenamento do Território.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do citado artigo 90.º, deve notificar-se a presente deliberação ao proprietário do prédio objeto da vistoria, Adelino José Ferreira Fino, residente em Cruz da Léguas, n.º 123, Pedreiras, 2480-100 Porto de Mós, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização da vistoria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**33 - PRÉDIO DEGRADADO – DERROCADA PARCIAL PARA A VIA PÚBLICA – RUA DO AÇUDE, ALBERGARIA - PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIO: LUIS DUARTE SANTOS - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.**

**126** - Considerando a informação do Serviço Municipal de Proteção Civil I/1266/2010, de 18-08-2010, relatando o elevado estado de degradação do prédio sito na Rua do Açude, Albergaria, Marinha Grande, propriedade de Luis Duarte Santos, residente na Rua da Sede do Rancho, n.º 74, Conqueiros, 2425-829 Souto da Carpalhosa, e alertando para o risco de derrocada do edifício para a via pública, pondo em causa a segurança de pessoas e bens;

Considerando o teor do auto de ocorrência n.º 13/VF/2010, de 31-07-2010, no qual se descreveram as operações de remoção e limpeza realizadas pelos Serviços de Proteção Civil decorrentes da derrocada do muro para a via pública e se informou que o filho do proprietário do prédio, Isidro Luis Lourenço dos Santos, foi informado de que deveriam de imediato proceder à demolição da edificação por esta se encontrar também em situação de risco de derrocada, operação que até esta data não foi realizada;

Considerando que na informação de 14-02-2013 emitida pelos Serviços de Proteção Civil em WebDoc, é referido que actualmente a situação agravou-se de forma considerável, tendo ocorrido no dia 19 de janeiro último nova derrocada de parte da fachada da edificação para a via pública;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

Considerando ainda que sobre os proprietários impunde o dever de realização de obras de conservação das edificações, pelo menos, uma vez a cada oito anos e, independentemente desse prazo, de realização de todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético – art.º 89.º do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação,

**A Câmara Municipal delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização, com carácter de urgência, de uma vistoria ao edifício sito na Rua do Açude, Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a segurança de pessoas e bens e para a via pública, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a ordem de prioridades.**

**A vistoria será realizada pelos técnicos desta Câmara Municipal, Arqtº. Alexandre Fava, Engº. Maria João e Drº. Eunice Marques, todos da DOT-Divisão de Ordenamento do Território.**

Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do citado artigo 90.º, deve notificar-se a presente deliberação ao proprietário do prédio objeto da vistoria, Luis Duarte Santos, residente na Rua da Sede do Rancho, n.º 74, Conqueiros, 2425-829 Souto da Carpalhosa, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização da vistoria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**34 - PRÉDIO EM RISCO DE DERROCADURA PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – RUA DO VALE, PRAIA DE ÁGUA DE MADEIROS – PROPRIETÁRIO: CARLOS ANTÓNIO RODRIGUES DA COSTA E OUTROS – FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E DE MANUTENÇÃO – AUTO DE VISTORIA - TRABALHOS DE CORREÇÃO DE DEFICIÊNCIAS E MÁS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA.**

**127** - Por deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 15-11-2012, foi determinada a realização de vistoria urgente às condições de segurança e estabilidade das edificações existentes no prédio sito na Rua do Vale, S/N.º, Praia de Água de Madeiros, Marinha Grande, propriedade de Carlos António Rodrigues da Costa e outros, tendo em vista determinar os riscos para a segurança de pessoas e bens, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, fixando, se for caso disso, a respetiva ordem de prioridades.

Na sequência da realização da vistoria em 11-12-2012, foi-nos presente o Auto de Vistoria respetivo, datado de 11-01-2013, que aqui se dá para todos os efeitos legais como

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

integralmente reproduzido e que fica anexo à ata (**Anexo 2**), do qual se transcrevem as respetivas conclusões:

“Considerando os problemas estruturais detetados, o subsequente diagnóstico, e a comparação de fotos tiradas em 2008 com as que foram tiradas este ano, propõe-se uma intervenção que contemple os seguintes trabalhos:

1. Reforço do pilar ilustrado nas fotos 7 e 8, através da construção de um pilar contíguo a este e da respetiva sapata e viga de fundação.
2. Reforço do pilar ilustrado nas fotos 4 e 10, através da construção de dois pilares contíguos a este e das respetivas sapatas e vigas de fundação.
3. Reforço do pilar ilustrado na foto 9, através da construção de um pilar contíguo a este e da respetiva sapata e viga de fundação.
4. Reforço das vigas de apoio entre estes pilares.
5. Reforço dos muros que consolidam a encosta.

Tendo em conta os valores correntes de mercado, estimam-se as obras necessárias em 16.195,50€ (dezasseis mil cento e noventa e cinco euros e cinquenta cêntimos). Junta-se o orçamento e mapa de medições em anexo.

Estabelece-se um prazo de 4 meses para a realização destes trabalhos.”.

Efetuada as diligências tendentes a apurar da existência de licenciamento da edificação em causa, constatou-se que para aquele prédio existem dois processos titulados por Hermenegildo Marques Roldão: PC 1551/69, relativo a muro de vedação e PC 2714/69, relativo à habitação que foi construída a coberto do alvará de licença de construção n.º 650, de 23-09-1969.

**A Câmara Municipal apreciou o referido auto de vistoria e tendo em vista eliminar os riscos para a segurança de pessoas e bens, decorrentes de uma eventual derrocada da edificação que para além de se encontrar em mau estado de conservação está também devoluta delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do art.º 89.º, do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar da respetiva notificação, dos trabalhos abaixo identificados, sem prejuízo do cumprimento das disposições legais aplicáveis previstas no RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e demais legislação aplicável, notificando para o efeito um dos proprietários, Carlos António Rodrigues da Costa, residente na Rua Dr. Agostinho Tinoco, Lote 1, Apartado 2977, 2400-084 Leiria:**

1. Reforço do pilar ilustrado nas fotos 7 e 8, através da construção de um pilar contíguo a este e da respetiva sapata e viga de fundação.
2. Reforço do pilar ilustrado nas fotos 4 e 10, através da construção de dois pilares contíguos a este e das respetivas sapatas e vigas de fundação.
3. Reforço do pilar ilustrado na foto 9, através da construção de um pilar contíguo a este e da respetiva sapata e viga de fundação.
4. Reforço das vigas de apoio entre estes pilares.
5. Reforço dos muros que consolidam a encosta.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**35 - PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2013.**

**128** - Presente Programa de apoio ao investimento industrial no concelho da Marinha Grande: 2013, que se dá por reproduzido.

Considerando que o concelho da Marinha Grande é marcadamente industrial e que essa constitui a sua marca de referência.

Considerando a gravidade da situação económica e social que atravessa o país, cujo traço mais negativo é o nível de desemprego registado.

Considerando que não cabe ao Município da Marinha Grande adotar uma política global de promoção do emprego.

Considerando que, no âmbito das suas competências, esta autarquia pode criar condições que favoreçam o investimento industrial.

Considerando que a criação de emprego por parte dos investidores deve ser o critério determinante na definição de medidas que favoreçam o investimento industrial.

**Assim, a Câmara Municipal delibera aprovar o Programa de apoio ao investimento industrial no concelho da Marinha Grande: 2013 (Anexo 3).**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**Os Srs. Vereadores da CDU proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“Será que só agora a escassos meses da realização de eleições é que o executivo do Partido Socialista se deu conta da necessidade de apoiar as empresas e a economia local?”*

*“Será que só agora o executivo do Partido Socialista se apercebeu da necessidade de criar mais empresas, mais riqueza e mais empregos?”*

*“O Partido Socialista e também o PSD vêm dar razão aos eleitos da CDU quando estes envidaram todos os esforços para que não fossem aprovadas os brutais aumentos das taxas e licenças. Na altura, invocaram toda uma argumentação meramente economicista e que não teve em conta os verdadeiros interesses do concelho.”*

*“Agora, numa medida manifestamente eleitoralista e consequentemente tardia já não se vão evitar os diversos projectos de várias empresas que recuaram nos seus investimentos face aos custos brutais de taxas praticados pela autarquia.”*

*“Nestes termos, porque o proposto vem consubstanciar o que a CDU sempre tem defendido em termos de desenvolvimento económico, o nosso voto favorável.”*

**36 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA” - CP 06/2010 - RATIFICAÇÃO DE SUSPENSÃO DOS TRABALHOS E APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS.**

**129** - Presente informação da DISU, com a ref.<sup>a</sup> AR.03.2013, propondo a aprovação do plano de trabalhos da empreitada identificada em epígrafe, que reflete as diferentes condicionantes ocorridas durante a execução da obra, designadamente a suspensão parcial de trabalhos por efeito da necessidade de dirimir incompatibilidades entre os vários elementos do projeto de estabilidade e de más condições climatéricas.

Presente Plano de Trabalhos atualizado, apresentado pelo empreiteiro.

A Câmara Municipal, com os fundamentos constantes da informação técnica que fica anexa e aqui se dá por reproduzida, delibera, no âmbito da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA”, adjudicada à firma HABITÂMEGA – CONSTRUÇÕES, SA:

- a) Ratificar a suspensão parcial de trabalhos, nos períodos compreendidos entre 10 de outubro e 13 de novembro de 2012, e, 26 de novembro e 5 de dezembro de 2012, que implica a dilação do prazo de empreitada em 34 dias, em consequência da necessidade de introdução de alterações ao projeto de execução, nos termos do artigo 365.º, alínea b), do CCP;
- b) Ratificar a suspensão parcial de trabalhos, no período compreendido entre 13 de dezembro de 2012 e 24 de janeiro de 2013, que implica a dilação do prazo da empreitada em 42 dias, em consequência de condições meteorológicas adversas que constituíram causa da impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, nos termos do artigo 297.º, alínea a) e do artigo 365.º, ambos do CCP;
- c) Aprovar o Plano de trabalhos atualizado, nos termos do artigo 361.º, fixando a data de conclusão da obra no dia 14 de maio de 2013, por estar conforme com todas as contingências ocorridas durante a execução da empreitada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**37 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA” - CP 05/2011 - RATIFICAÇÃO DE SUSPENSÃO DOS TRABALHOS E APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS.**

**130** - Presente informação da DISU, com a ref.<sup>a</sup> AR.02.2013, propondo a aprovação do plano



de trabalhos da empreitada identificada em epígrafe, que reflete as diferentes condicionantes ocorridas durante a execução da obra, designadamente a suspensão parcial de trabalhos por efeito da execução de trabalhos adicionais imprescindíveis à completa e adequada conclusão da obra e de más condições climatéricas.

Presente Plano de Trabalhos atualizado, apresentado pelo empreiteiro.

**A Câmara Municipal, com os fundamentos constantes da informação técnica que se dá por reproduzida, delibera, no âmbito da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA”, adjudicada à firma HABITÂMEGA – CONSTRUÇÕES, SA:**

- a) Ratificar a suspensão parcial de trabalhos, no período compreendido entre 13 de julho e 13 de dezembro de 2012, que implica a dilação do prazo de empreitada em 154 dias, em consequência da necessidade de introdução de alterações ao projeto de execução, nos termos do artigo 365.º, alínea b), do CCP;
- b) Aprovar a prorrogação do prazo de execução em vinte e sete dias, em consequência da aprovação de trabalhos adicionais, nos termos dos artigos 374.º e 377.º, do CCP;
- c) Ratificar a suspensão parcial de trabalhos, no período compreendido entre 13 de dezembro de 2012 e 24 de janeiro de 2013, que implica a dilação do prazo de empreitada em 42 dias, em consequência de condições meteorológicas adversas que constituíram causa da impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, nos termos do artigo 297.º, alínea a) e do artigo 365.º, ambos do CCP;
- d) Aprovar a suspensão parcial dos trabalhos nos espaços da *Cafetaria* e dos *Serviços Educativos*, devido às indefinições do projeto que persistem e que prejudicam a prossecução dos trabalhos subsequentes nesses espaços, com efeitos a partir do dia 14 de janeiro de 2013 e por um período de 43 dias, que será interrompido logo que estejam reunidas as condições necessárias para o reinício dos trabalhos, nos termos do artigo 365.º, alínea b), do CCP;
- e) Aprovar o Plano de trabalhos atualizado, nos termos do artigo 361.º, fixando a data de conclusão da obra no dia 16 de abril de 2013, conformando-se com todas as contingências ocorridas durante a execução da empreitada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**38 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO  
º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

**ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DE DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE.**

**131** - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66–B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, desde o orçamento de estado de 2011 e de 2012, de que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º CR.01/2013 e requisição interna n.º 10201 do serviço da DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de manutenção dos espaços verdes de diversos estabelecimentos de ensino da freguesia da Marinha Grande, para o período de 22 meses, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de manutenção dos espaços verdes de diversos estabelecimentos de ensino da freguesia da Marinha Grande, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013 e 2014 para a contratação de serviços de manutenção dos espaços verdes de diversos estabelecimentos de ensino da freguesia da Marinha Grande, na classificação orgânica/económica 07/020225, ação do PAM 2010/A/178.

Considerando que o preço base a aplicar é de 40.903,50 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para ***“Prestação de serviços de manutenção dos espaços verdes de diversos estabelecimentos de ensino da freguesia da Marinha Grande”***.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

**Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de manutenção dos espaços verdes de diversos estabelecimentos de ensino da freguesia da Marinha Grande”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**39 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES NA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE.**

Assunto retirado da ordem do dia.

**40 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE**

**132** - O Regulamento de incentivo à natalidade e apoio à família no concelho da Marinha Grande, adiante designado de Regulamento, foi aprovado na reunião de câmara de 16 de junho de 2010, retificado/clarificado na reunião realizada em 24 de junho de 2010, e aprovado na segunda reunião da Assembleia Municipal do dia 25 de junho de 2010, realizada no dia 13 de julho do mesmo ano, com as alterações introduzidas e aprovadas em Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2012.

Desde a entrada em vigor do presente Regulamento, já usufruíram deste incentivo um total de cerca de 340 famílias.

Considerando que:

O artigo 12.º do supracitado Regulamento prevê que o *“regulamento poderá sofrer, a todo o tempo, e nos termos legais, as alterações consideradas indispensáveis”*.

O n.º 1, do artigo 2.º do Regulamento refere que *“O presente regulamento aplica-se às crianças nascidas a partir do dia 1 de julho de 2010, e vigorará até 30 de junho de 2013, estando naturalmente prevista esta dotação financeira no Plano de Actividades Municipal dos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013.”*

Se verificou a necessidade em prever as despesas no Plano de Atividades Municipal, para com os requerentes do incentivo que entreguem as candidaturas no ano de 2013, tendo em conta que receberão a 1.ª tranche em 2013, e a 2.ª tranche em 2014.

**Assim, a Câmara Municipal analisou a presente proposta de alteração do Regulamento e, ao abrigo da competência conferida pela alínea c) n.º 4 e alínea c) n.º 6 ambos do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera apresentar à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da mesma Lei, a alteração do n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento de incentivo à natalidade e apoio à família no concelho da Marinha Grande, que passa a ter a seguinte redação:**

**ARTIGO 2.º**  
**Aplicação e beneficiários**

1. O presente regulamento aplica-se às crianças nascidas a partir do dia 1 de julho de 2010, e vigorará até 30 de junho de 2013, estando naturalmente prevista esta dotação financeira no Plano de Atividades Municipal dos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

**Mais delibera, que a presente alteração produz efeitos 10 dias após a aprovação em Assembleia Municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**41 - PROGRAMA DE ACTIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE - 2013**

**133** - Presente informação n.º 454/2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, de 14 de fevereiro de 2013, no sentido de dar continuidade ao Programa de Actividade Física na 3.ª Idade, tendo como entidades parceiras as diversas Coletividade e Associações do Concelho.

Considerando a atividade física como um importante meio de prevenção e promoção da saúde dos idosos.

Considerando que a existência de um Programa de Desenvolvimento da Atividade Física para a 3.ª Idade, permite regular a candidatura e funcionamento desta Atividade.

Considerando ainda que o Programa visa a criação de um suporte para um bom dinamismo e justa atribuição dos respetivos subsídios.

**A Câmara apreciou a informação e o Programa de Desenvolvimento da Atividade Física para a 3.ª Idade que se anexa (Anexo 5), e delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) do n.º 4 e alínea a) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proceder à aprovação do Programa de Desenvolvimento da Atividade Física para a 3.ª Idade.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**42 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE MARÇO DE 2013**

**134** - Presente informação n.º 232/2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, de 05 de fevereiro do corrente ano, referente à atualização do valor das rendas de habitação social da Praceta da Liberdade e Rua Júlio Braga Barros.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos das famílias em causa;

Considerando, por último, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

**A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização anual das rendas de habitação social, constantes nos seguintes quadros:**

**1 – Praceta da Liberdade**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENDA/12	RENDA/13
2	Olga da Conceição Jesus Oliveira	3.º Dto	30-12-2009	4,85 €	4,85 €
7	Paula Cristina Rego dos Santos Correia	1.º Esq.º	01-10-2005	4,85 €	4,85 €
7	Emília M Corado Figueiredo	3.º Esq.º	01-12-2001	16,96 €	16,96 €

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

**2 – Rua Júlio Braga Barros**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
3	Maria João Correia Sousa	2.º B	28-02-2005	4,85 €	4,85 €
5	José Augusto Carvalho Ornelas	3.º D	01- 2005	46,33 €	46,33 €

**Mais delibera que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor, a partir do dia 1 de março de 2013.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**43 - TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO A FAVOR DE MARIA DA ENCARNÇÃO BRITO FONSECA, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE BLOCO 5, 3.º ESQUERDO, CASAL DE MALTA, POR MORTE DO CÔNJUGE - PRIMITIVO ARRENDATÁRIO DA FRAÇÃO.**

**135** - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 1035/2013, do cônjuge sobrevivente, a solicitar a transmissão do direito de arrendamento;

Presente informação n.º 438 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, de 13 de fevereiro de 2013, referente ao pedido de transmissão do direito de arrendamento, efetuado por Maria da Encarnção Brito Fonseca, por morte do seu cônjuge.

Considerando que José Augusto Martins Pires era arrendatário do Município da Marinha Grande;

Considerando que o falecido arrendatário era casado com Maria da Encarnção Brito Fonseca;

Considerando que o mesmo faleceu a 15 de Novembro de 2012, conforme documento comprovativo apresentado;

Considerando que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 1106.º do Código Civil: “*O arrendamento para habitação não caduca por morte do arrendatário quando lhe sobreviva o cônjuge com residência no locado ou pessoa que com o arrendatário vivesse no locado em união de facto e há mais de um ano*”.

Considerando por último que a alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, na qual se refere que: “*A posição do arrendatário é transmitida nos casos de morte para o cônjuge com residência no locado...*”



A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, concordar com a transmissão do direito de arrendamento para o nome do cônjuge sobrevivente – Maria da Encarnação Brito Fonseca – contribuinte fiscal número 196236339.

Mais delibera que, os recibos de renda mensal passem a ser emitidos em nome de Maria da Encarnação Brito Fonseca.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **44 - APROVAÇÃO DA LISTAGEM PROVISÓRIA DE CANDIDATOS ADMITIDOS E EXCLUÍDOS DO CONCURSO PÚBLICO PARA A ATRIBUIÇÃO DE 37 FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL.**

**136** - Presente informação n.º 379 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 13 de fevereiro do corrente ano, a dar conta da necessidade de ser aprovada a listagem provisória de candidatos admitidos e excluídos do procedimento concursal para a atribuição de 37 habitações sociais, nos termos do artigo 15.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande.

Considerando o prazo previsto para análise das candidaturas apresentadas;

Considerando a realização, no decorrer do referido prazo, de visitas domiciliárias a alguns agregados familiares;

Considerando que as referidas visitas domiciliárias nos permitiram o acesso a informações mais precisas e aproximadas da realidade, não só em termos habitacionais, como sociais e económicos desses mesmos agregados;

Considerando que todas as candidaturas apresentadas já foram alvo de análise e respetiva pontuação;

Considerando ainda a existência de candidatos que, por um lado, preenchem as condições de acesso exigidas, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do referido regulamento e, outros não.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

**Município da Marinha Grande, aprovar a listagem provisória dos candidatos admitidos e excluídos do concurso de atribuição de habitação social, que se anexa (Anexo 6).**

**Mais delibera propor a exclusão dos seguintes candidatos, pelos motivos a seguir indicados:**

**Dolores Monteiro** — por não preencher o requisito previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do regulamento municipal de atribuição e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande.

**Fernando Figueira da Costa** — por não preencher o requisito previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do regulamento municipal de atribuição e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande.

**Lucinda Faustino Silva** - por não preencher o requisito previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do regulamento municipal de atribuição e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande.

**Luís Manuel da Silva Pereira** - por não preencher o requisito previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do regulamento municipal de atribuição e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande.

**Maria Lucília Freitas Carqueija** - por não preencher o requisito previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do regulamento municipal de atribuição e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande.

**A listagem provisória encontrar-se-á afixada durante 15 dias úteis nos lugares de estilo e através da página eletrónica em [www.cm-mgrande.pt](http://www.cm-mgrande.pt)**

**Por último, a Câmara Municipal delibera ainda que nos termos do artigo 16.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, os candidatos, na sua qualidade de interessados, podem apresentar por escrito a sua reclamação, quanto à lista provisória de candidatos admitidos e excluídos, no prazo de 5 dias, contados do termo do prazo referido no n.º 2 do artigo 15.º.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **45 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte de fevereiro de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**:

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

**2.365.848,26 €** (dois milhões, trezentos e sessenta e cinco mil oitocentos e quarenta e oito euros e vinte e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

137 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. REQ. N.º 141/13 – PC N.º 355/12 – ANA PAULA RIBEIRETE DE OLIVEIRA
2. REQ. N.º 215/13 – PC N.º 8/11 – CARLOS MANUEL DUARTE ROLDÃO
3. REQ. N.º 114/13 – PC N.º 361/11 – CARLOS ALBERTO MARTINS GOMES PEDROSO
4. REQ. N.º 237/13 – PC N.º 43/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.
5. REQ. N.º 238/13 – PC N.º 44/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.
6. REQ. N.º 242/13 – PC N.º 45/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.
7. REQ. N.º 772/12 – PC N.º 346/06 – APPACDM – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL
8. REQ. N.º 204/13 – PC N.º 220/07 – CARLOS ALBERTO CRUZ LEAL
9. REQ. N.º 1911/10 – PC N.º 490/07 – JOSÉ MANUEL SOUSA RIBEIRO
10. REQ. N.º 2125/10 – PC N.º 174/09 – PAULO JORGE ALVES GASPAR
11. RETIFICAÇÃO. ESTATUTOS DA EMPRESA MUNICIPAL TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE
12. EMPREITADA DE: “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 2, JARDIM CENTRAL – CP Nº. 01/12 (DOEM)” – APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO
13. BENEFICIAÇÃO DA RUA DA INDÚSTRIA – CEDÊNCIA 161,00M DE TERRENO DA SRª. JOAQUIM FERNANDES SILVA CARRACO. RETIFICAÇÃO.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1 - REQ. N.º 141/13 – PC N.º 355/12 – ANA PAULA RIBEIRETE DE OLIVEIRA**

**138** - Presente pedido de licenciamento referente à “*obra de construção de moradia e muros de vedação*”, localizada num prédio sito na Travessa das Fontes, Lugar de Casal dos Lobos, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presente projeto de arquitetura e projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Presentes informações técnicas dos serviços de 19/02/2013 e 29/11/2012, que atestam estarem os projetos apresentados, aptos a merecerem aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**
- 2. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.**
- 3. A instalação do recetáculo postal domiciliário deverá ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
- 4. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva autorização de utilização.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 na sua redação atual – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**2 - REQ. N.º 215/13 – PC N.º 8/11 – CARLOS MANUEL DUARTE ROLDÃO**

**139** - Presente pedido de licenciamento referente à obra de “*alteração e ampliação de moradia unifamiliar, anexos e muros*”, a levar a efeito no prédio localizado na Avenida 1.º de Maio, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 26/04/2012.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Presente informação técnica dos serviços de 18/02/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

1. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente os remates dos passeios junto da Av. 1.º de Maio e Av. Eng. Arala Pinto, na extensão total do prédio com estes confinante.
2. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
3. Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo que o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra é imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da respetiva licença de utilização (autorização de utilização).
4. Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12/03. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no se Anexo II.

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 na sua redação atual – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**3 - REQ. N.º114/13 – PC N.º 361/11 – CARLOS ALBERTO MARTINS GOMES PEDROSO**

**140** - Presente requerimento n.º 114/13, datado de 2013/01/23, constante do processo camarário n.º 361/11, subscrito por Carlos Alberto Martins Gomes Pedroso, NIF n.º 188703616, com residência na Rua das Rosas, Guarda Nova, Pedra de Baixo, 2430-400 Marinha Grande, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento de “*ALTERAÇÕES EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL*”, incidente sobre um prédio urbano sito em Rua das Rosas, Guarda Nova, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguinte antecedente:

- Processo camarário n.º 853/04, em nome de Carlos Alberto Martins Gomes Pedroso, referente ao licenciamento da obra de “*Construção de Edifício Comercial*”, levada a efeito ao abrigo do alvará de licença de construção n.º 224/06, de 2006/07/25 e alvará de alteração n.º 49/10, de 2010/04/05, dispondo o edifício do alvará de autorização de utilização n.º 57/10, de 2010/06/09, destinado a comércio.

Presente parecer favorável condicionado emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., que se transcreve:

*(...)*

*Favorável Condicionado*

- 1. Desde que seja cumprido na íntegra o exposto no projeto e demais legislação aplicável.*
- 2. Os lavatórios para a lavagem das mãos devem estar equipados com água corrente quente e fria, e ter junto deles materiais de limpeza das mãos e dispositivos de secagem higiénica (n.º 4, Cap. I, Anexo II do Reg. N.º 852/2004, de 29 de abril);*
- 3. A pia de lavagem desenhada junto ao passa pratos da cozinha, deve ser prevista para lavagem e preparação dos alimentos, sendo que a lavagem/desinfecção das mãos far-se-á na copa suja.*

*(...)*

Presentes pareceres técnicos sobre o assunto, datadas de 2013/02/05 e 2013/02/18, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação dos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados, com determinadas condições.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos referidos, a Câmara Municipal deliberou deferi-la, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Cumprimento dos condicionalismos referidos no parecer “*Favorável Condicionado*” emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.**
- 2. Nos termos do disposto no n.º 4 do art. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19/06, após emissão da autorização de utilização, deverá remeter à Câmara Municipal, com cópia à Direção Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, Declaração Prévia prevista no n.º 1 do art. 11.º do mesmo diploma legal, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em anexo à Portaria n.º 573/2007, de 17/07.**
- 3. A “*afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público*”, ficam sujeitas a licenciamento, nos**

**termos da alínea a) do art. 2.º do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com a redação da Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, adiante RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da data de notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **4 - REQ. N.º 237/13 – PC N.º 43/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.**

**141 -** Presente pedido de Ocupação da Via Pública, apresentada por ZON TV CABO PORTUGAL, SA, para execução de trabalhos em subsolo, referentes a instalação de rede de distribuição de televisão por cabo, a levar a efeito na Rua do Covão, Freguesia de Vieira de Leiria, Município de Marinha Grande, dispondo de parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos a enquadrar devidamente a pretensão.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para execução de trabalhos em subsolo, referentes a instalação de rede de distribuição de televisão por cabo, a levar a efeito na Rua do Covão, Freguesia de Vieira de Leiria, Município de Marinha Grande, por um período mínimo de 1 mês, com os seguintes condicionalismos:**

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.**
- Antes do início dos trabalhos, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da respetiva execução, com vista à revisão da localização dos armários previstos instalar, de modo a evitar a criação de obstáculos na via pública.**
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**5 - REQ. N.º 238/13 – PC N.º 44/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.**

**142** - Presente pedido de Ocupação da Via Pública, apresentada por ZON TV CABO PORTUGAL, SA, para execução de trabalhos em subsolo, referentes a instalação de rede de distribuição de televisão por cabo a executar em condutas e postes existentes, a levar a efeito na Rua do Covão, Freguesia de Vieira de Leiria, Município de Marinha Grande, dispondo de parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos a enquadrar devidamente a pretensão.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para execução de trabalhos em subsolo, referentes a instalação de rede de distribuição de televisão por cabo a executar em condutas e postes existentes, a levar a efeito na Rua do Covão, Freguesia de Vieira de Leiria, Município de Marinha Grande, por um período mínimo de 1 mês, devendo ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**6 - REQ. N.º 242/13 – PC N.º 45/13 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.**

**143** - Presente pedido de Ocupação da Via Pública, apresentada por ZON TV CABO PORTUGAL, SA, para execução de trabalhos em subsolo, referentes a instalação de rede de distribuição de televisão por cabo, a levar a efeito na Rua da Benta, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos a enquadrar devidamente a pretensão.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para execução de trabalhos em subsolo, referentes a instalação de rede de distribuição de televisão por cabo, a levar a efeito na Rua da Benta Freguesia de Marinha Grande, por um período mínimo de 1 mês, com os seguintes condicionalismos:**

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- Deverá ser garantida a continuidade da drenagem pluvial através da valeta existente.
- Antes do início dos trabalhos, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da respetiva execução, com vista à revisão da localização dos armários previstos instalar, de modo a evitar a criação de obstáculos na via pública.



- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**7 - REQ. N.º 772/12 – PC N.º 346/06 – APPACDM – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL**

**144** - Presente requerimento de APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, titular do processo de licenciamento n.º 346/06, referente à obra de construção de edifício destinado a instalação de equipamento de apoio social, levada a efeito ao abrigo do alvará de obras de construção n.º 6/12, emitido em 24/01, num prédio sito na Várzea, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13312, e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 15653, a solicitar a receção das obras de urbanização realizadas no âmbito das condicionantes impostas ao referido licenciamento, nomeadamente as referentes à execução das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas, cuja caução foi prestada mediante depósito nos cofres da tesouraria desta autarquia.

Presente igualmente o Auto da Comissão de Vistorias, propondo a receção provisória das obras de urbanização.

**Após análise da pretensão e do respetivo Auto de Receção Provisória das Obras de Urbanização supra referidas, a Câmara deliberou:**

**Da caução prestada, mediante depósito nos cofres da tesouraria deste município, para garantir a boa e regular execução das obras de urbanização realizadas no âmbito das condicionantes impostas ao licenciamento da construção de edifício destinado a instalação de equipamento de apoio social, nomeadamente as referentes à execução das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas, no montante total de 4.478,24€ (quatro mil quatrocentos e setenta e oito euros e vinte e quatro cêntimos), mandar libertar 4.030,42€ (quatro mil e trinta euros e quarenta e dois cêntimos), correspondente a 90% do montante inicial da caução, ficando retido o montante de 447,82€ (quatrocentos e quarenta e sete euros e oitenta e dois cêntimos), até à receção definitiva das referidas obras de urbanização, conforme demonstrado no quadro seguinte:**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

COMPONENTE ESPECIALIDADE	MONTANTE PRESTADO	% A LIBERTAR	MONTANTE A LIBERTAR	VALOR A RETER
Infraestruturas de abastecimento de água	2.993,83	90%	2.694,45 €	299,38 €
Infraestruturas de rede de saneamento doméstico	1.484,41 €	90%	1.335,97 €	148,44 €
TOTAIS:	4.478,24 €		4.030,42 €	447,82 €

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **8 - REQ. N.º 204/13 – PC N.º 220/07 – CARLOS ALBERTO CRUZ LEAL**

**145** - Presente requerimento n.º 204/13, datado de 2013/02/11, constante do processo n.º 220/07, subscrito por Carlos Alberto da Cruz Leal, NIF n.º 105254096, residente em Rua dos Pinheiros, n.º 2, 2410-064 Vieira de Leiria, Freguesia de Vieira de Leiria, a solicitar licenciamento de “*LEGALIZAÇÃO DA ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA MORADIA*”, incidente sobre um prédio sito em Rua Litoral Oeste, Lugar de Vieira de Leiria, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presente informação técnica sobre o assunto, datada de 2013/02/15.

Analizada a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias úteis, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

*“(…) o projeto de arquitetura apresentado não reúne condições de aprovação, propondo-se o indeferimento da pretensão, fundamentado na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com a redação da Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010, de 02/09, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o n.º 9 do artigo. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, ao não garantir o cumprimento do Índice de Construção Bruto aplicável, dado a área total de construção da edificação (área licenciada acrescida da área a legalizar: 261,55m2) exceder a área máxima permitida para o prédio em causa (área máxima permitida: 192m2).(…)”*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **9 - REQ. N.º 1911/10 – PC N.º 490/07 – JOSÉ MANUEL SOUSA RIBEIRO**

**146** - Presente projeto de licenciamento de construção de um edifício habitacional, a que foi atribuído o número de processo 490/07, incidente sobre um prédio sito no Lote 20, Comeira, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, apresentado por José Manuel Sousa Ribeiro, NIF n.º 124870313, residente na Rua da Escola Velha, nº 128, Machados, Freguesia de Boavista, Concelho de Leiria.

Presente requerimento n.º 1911/10, datado de 04/08/2010, subscrito pelo requerente supra identificado, a solicitar a prorrogação do prazo para requerer a emissão do alvará de construção, deferido por despacho do presidente datado de 23/09/2010.

Presente informação técnica datada de 14/02/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para solicitar a emissão do título da operação urbanística aprovada.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica que propõe a declaração de caducidade da licença para a realização da operação urbanística, e concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, e do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:**

*Face à ausência do pedido de emissão do alvará que titula a aprovação do projeto de licenciamento de um edifício habitacional, a que foi atribuído o número de processo 490/07, incidente sobre um prédio sito no Lote 20, Comeira, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, apresentado por José Manuel Sousa Ribeiro, NIF n.º 124870313, residente na Rua da Escola Velha, nº 128, Machados, Freguesia de Boavista, Concelho de Leiria, no prazo que resultou da prorrogação concedida por despacho de 23/09/2010, ou seja, de 16/05/2010 a 16/05/2011, estando assim, nesta data, reunidas as condições para ser declarada a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 07/05/2009, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 71.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterada pelo Decreto-Lei nº 26/10, de 30 de Março e pela Lei nº 28/10, de 2 de Setembro.*

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - REQ. N.º 2125/10 – PC N.º 174/09 – PAULO JORGE ALVES GASPAR**

**147** - Presente processo de licenciamento nº 174/09, apresentado por Paulo Jorge Alves Gaspar, com o NIF 186739702, residente em Rua do Sobreiro n.º 22, Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, respeitante a licenciamento de projeto de construção de habitação e comércio, incidente sobre um prédio sito em Rua do Sobreiro, n.º 22, lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande.

Considerando que:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 21/02/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

- A Câmara Municipal, em reunião de 16/09/2010, deliberou deferir o respetivo projeto licenciamento;
- Apesar desta decisão o titular do processo nunca solicitou a emissão de alvará;
- Através do ofício nº 1045 de 09/12/2011, rececionado em 13/12/2011, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo licenciamento, por não ter sido requerida a emissão do alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja até 03/01/2012;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou.

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto no nº 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, sem que o titular Paulo Jorge Alves Gaspar do processo nº 174/09, tenha solicitado o respetivo alvará nem tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do mesmo artigo e diploma, delibera, ao abrigo do referido nº 2 do artigo 71.º, declarar a caducidade do licenciamento do projeto de construção de habitação e comércio, a levar a efeito no prédio sito em Rua do Sobreiro n.º 22, lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **11 - RETIFICAÇÃO. ESTATUTOS DA EMPRESA MUNICIPAL TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE**

**148** - Por lapso não foi incluído na designação da empresa a menção à forma social adotada, apesar de referida expressamente no texto do artigo 1.º, dos Estatutos. Trata-se, no entanto, de um aspeto que deve ser retificado nos Estatutos da empresa.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 148.º, do Código do Procedimento Administrativo, propor à Assembleia Municipal a retificação do artigo 1.º, dos Estatutos da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande, aprovados por deliberação deste último órgão, em 12 de novembro de 2012, nos seguintes termos:

Onde se lê:

“A TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. (...)”

Deve ler-se:

“ A TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. UNIPessoal, S.A. (...)”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**12 - EMPREITADA DE: “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 2, JARDIM CENTRAL – CP Nº. 01/12 (DOEM)” – APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO**

**149** - Através de deliberação camarária, de 28 de janeiro de 2013, foram aprovados trabalhos de suprimento de erros e omissões do projeto relativamente à empreitada que tem por objeto a “Requalificação do Património Stephens – fase 2, Jardim Central”.

Nestes termos, estão reunidas as condições para que a Câmara Municipal proceda à aprovação da minuta de contrato, de acordo com o artigo 98º., do Código dos Contratos Públicos.

**Assim, a Câmara Municipal delibera aprovar a minuta do contrato a celebrar no âmbito do procedimento identificado em epígrafe, nos termos do artigo 98º., do Código dos Contratos Públicos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**13 - BENEFICIAÇÃO DA RUA DA INDÚSTRIA – CEDÊNCIA 161,00M DE TERRENO DA SRª. JOAQUIM FERNANDES SILVA CARRACO. RETIFICAÇÃO.**

**150** - Em 10 de Fevereiro de 2011, foi tomada deliberação relativa a uma cedência de terreno, necessária para a beneficiação da Rua da Indústria, que se verifica, agora, conter uma omissão por não identificar os dois prédios abrangidos.

Nos termos do artigo 148.º, do CPA, deve promover-se a retificação dessa omissão.

**Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 148.º, do CPA, retificar a sua deliberação de 10 de fevereiro de 2011, que passa a ter a seguinte redação:**

**“A Câmara delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 161,00m , dos prédios urbanos de que é proprietário Joaquim Fernandes Silva Carraco, com Artigo Matricial nº. 426 e registo na Conservatória do Registo Predial nº. 48679 e com artigo matricial n.º 430, que confronta:**

- **Na parte confinante com a Rua da Indústria - a Norte com rua pública, a Sul com Joaquim Custódio Gomes e Custódia Gomes, a Nascente com rua pública e a Poente com Joaquim Fernandes Silva Carraco,**
- **Na parte confinante com a Travessa dos Metalúrgicos - a Norte com rua pública, a Sul com Joaquim Fernandes Silva Carraco, a Nascente com Joaquim Fernandes Silva Carraco e a Poente com Joaquina Ribeirete Soares;**

**para beneficiação da Rua da Indústria, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se a executar a demolição total das casas e limpeza do terreno, existentes em ambos os artigos matriciais, com regularização do terreno à cota da estrada, contando a**

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 4

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

[illegible]

## Página 62 de 62